PREFEITURA DE
UNAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018

PREFEITO MUNICIPAL
José Gomes Branquinho

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO
Waldir Wilson Novais Pinto Filho

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO
Nilton Garcia da Silva

SECRETÁRIA ADJUNTA DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO
Márcia de Oliveira Matos

INFORMAÇÕES
Divisão de Planejamento Orçamentário e Responsabilidade Fiscal (Diplao)
Telefone: (38) 3677 9610 – Ramal 9028.
Home Page: www.prefeituraunai.mg.gov.br.

PREFEITURA DE
UNAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018

Anexo de Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

(Constituição Federal de 1988, art. 165, § 2º)

MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS
2018

Prefeitura de Unaí

Programa: 0010 – Educação Básica – Direito de Todos	
Ação(ões)	**Meta Física**
1010 – Construção de unidades escolares da educação infantil	1
1012 – Reforma e/ou ampliação de unidades escolares da educação infantil	1

Programa: 0052 – Desenvolvimento e Modernização da Infraestrutura Urbana	
Ação(ões)	**Meta Física**
1101 – Pavimentação asfáltica de vias públicas	2500

Programa: 0030 – Atenção Emergencial e Hospitalar	
Ação(ões)	**Meta Física**
2091 – Manutenção dos serviços de pronto atendimento, internações e cirurgias	56,5

Serviço Municipal de Saneamento Básico

Programa: 0061 – Água é Vida	
Ação(ões)	**Meta Física**
1121 – Ampliação, reforma ou reaparelhamento do sistema de água	1
1122 – Construção de unidades de captação, elevação, tratamento e reservação de água	

Programa: 0062 – Saneamento Sustentável	
Ação(ões)	**Meta Física**
1123 – Ampliação, reforma ou reaparelhamento do sistema de esgoto	1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018

Anexo de Metas Fiscais

(Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 4º, §§ 1º e 2º)

PREFEITURA DE
UNAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018

Anexo de Metas Fiscais

Demonstrativos Fiscais

MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2018

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100
Receita Total	247.413.592,14	229.575.570,33	8,682	112,75	270.185.664,02	232.630.436,74	8,633	223,13	295.404.227,56	236.006.007,32	8,595	134,62
Receitas Primárias (I)	237.910.090,42	220.757.251,94	8,348	108,42	259.565.704,75	223.486.629,01	8,294	118,29	283.575.599,65	126.555.813,36	8,251	129,23
Despesa Total	247.413.592,14	229.575.570,33	8,682	122,75	270.285.664,02	232.630.436,74	8,633	123,13	295.404.227,56	236.006.007,32	8,595	134,62
Despesas Primárias (II)	141.783.592,14	224.351.481,99	8,484	110,18	264.214.664,02	227.489.392,92	8,443	120,41	289.044.227,56	230.924.840,34	8,410	131,72
Resultado Primário (III) = (I-II)	-3.873.501,72	-3.594.230,05	-0,136	-1,77	-4.648.959,27	-4.002.763,91	-0,149	-2,12	-5.468.627,91	-4.369.026,97	-0,159	-2,49
Resultado Nominal (-RPPS)	-3.795.000,00	-3.521.388,14	-0,133	-1,73	-3.897.000,00	-3.355.325,37	-0,115	-1,78	-4.010.000,00	-3.103.691,76	-0,117	-1,83
Dívida Pública Consolidada	18.127.000,00	16.820.079,80	0,636	8,26	24.230.000,00	12.252.060,55	0,455	6,48	10.220.000,00	8.165.019,89	0,297	4,66
Dívida Consolidada Líquida (-RPPS)	9.967.000,00	9.248.399,37	0,350	4,54	6.070.000,00	5.226.283,03	0,194	2,77	2.060.000,00	1.645.786,79	0,060	0,94
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno.

Nota: A meta para a receita total possui duas metodologias de cálculo. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) entende que a dedução para a formação do FUNDEB deve ocorrer no cálculo da meta para a receita total. Por seu tempo, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), em seu programa de informática utilizado para recolher o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Anexo 9 do SIACE/LRF), entende que a dedução para formação do FUNDEB deve ser considerada apenas na determinação da meta para as receitas primárias. Para seguir apenas um método e conferir maior transparência às informações, seguiu-se a metodologia da STN. No deflacionamento das metas, considerou-se uma elevação de preços constante de 7,77% entre 2018 e 2020. Na coluna indicativa do valor das metas em % do Produto Interno Bruto (PIB), trabalhou-se com os valores projetados do PIB Nominal de Unaí, conforme a seção 5 da Metodologia de Previsão da Arrecadação e Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Prefeitura de Unaí. Para o % da Receita Corrente Líquida (RCL), foram utilizados os dados da Tabela 7 da Metodologia de Previsão da Arrecadação e Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Prefeitura de Unaí. Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2018

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas para 2016 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação Valor (c)=(b-a)	Variação % (c/a) x 100
Receita Total	205.607.000,00	8,581	109,57	219.400.671,21	9,157	116,92	13.793.671,21	6,71
Receitas Primárias (I)	196.425.000,00	8,198	104,68	196.634.621,85	8,207	104,79	209.621,85	0,11
Despesa Total	205.607.000,00	8,581	109,57	193.361.994,63	8,070	103,05	-12.245.005,37	-5,96
Despesas Primárias (II)	203.035.000,00	8,474	108,20	189.704.825,41	7,918	101,10	-13.330.174,59	-6,57
Resultado Primário (III) = (I-II)	-6.610.000,00	-0,276	-3,52	6.929.796,44	0,289	3,69	13.539.796,44	-204,84
Resultado Nominal (-RPPS)	-1.922.000,00	-0,080	-1,02	9.892.056,16	0,413	5,27	11.814.056,16	-614,68
Dívida Pública Consolidada	16.390.000,00	0,684	8,73	22.314.553,25	0,931	11,89	5.924.553,25	36,15
Dívida Consolidada Líquida (-RPPS)	-6.846.000,00	-0,286	-3,65	16.263.163,99	0,679	8,67	23.109.163,99	-337,56

Fonte: Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno.

Nota: As metas previstas para 2016 constam na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, Lei Municipal n.º 2.984, de 10 de julho de 2015. As metas realizadas em 2016 são os valores apurados pela Prefeitura de Unaí no Sistema de Apoio ao Controle Externo da Lei de Responsabilidade Fiscal (SIACE/LRF). A meta para a receita total possui duas metodologias de cálculo. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) entende que a dedução para a formação do FUNDEB deve ocorrer no cálculo da meta para a receita total. Por seu tempo, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), em seu programa de informática utilizado para recolher o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Anexo 9 do SIACE/LRF), entende que a dedução para formação do FUNDEB deve ser considerada apenas na determinação da meta para as receitas primárias. Para seguir apenas um método e conferir maior transparência às informações, seguiu-se a metodologia da STN. Na coluna indicativa do valor das metas em % do Produto Interno Bruto (PIB), considerou-se o PIB Municipal de Unaí de R$ 2.395.947.036,44 para 2016, conforme demonstrado na seção 5 da Metodologia de Previsão da Arrecadação e Memória de Cálculo das Metas Fiscais. A Receita Corrente Líquida (RCL) considerada no demonstrativo foi de R$ 187.646.951,90, apurada no SIACE/LRF. Em relação aos resultados da comparação, algo que chama a atenção são os baixos desvios para os valores de receitas e despesas, sejam elas totais ou primárias. O resultado primário positivo indica que nem todos os créditos orçamentários foram utilizados, uma vez que a despesa ficou abaixo da meta em pouco mais de R$ 12 milhões. Em uma palavra, o resultado primário superavitário não se traduziu em manutenção ou redução da dívida pública. A comprovação para tal argumento é que o resultado nominal foi positivo, indicando aumento da dívida consolidada líquida, o que também ficou comprovado no demonstrativo.

MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2018

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Valores a Preços Correntes										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	180.239.800,00	205.607.000,00	14,07	211.109.800,00	2,68	247.413.592,14	17,20	270.185.664,02	9,20	295.404.227,56	9,33
Receitas Primárias (I)	172.925.800,00	196.425.000,00	13,59	202.709.800,00	3,20	237.910.090,42	17,36	259.565.704,75	9,10	283.575.599,65	9,25
Despesa Total	180.239.800,00	205.607.000,00	14,07	211.109.800,00	2,68	247.413.592,14	17,20	270.185.664,02	9,20	295.404.227,56	9,33
Despesas Primárias (II)	177.515.800,00	203.035.000,00	14,38	208.574.800,00	2,73	241.783.592,14	15,92	264.214.664,02	9,28	289.044.227,56	9,40
Resultado Primário (III) = (I-II)	-4.590.000,00	-6.610.000,00	44,01	-5.865.000,00	-11,27	-3.873.501,72	-33,96	-4.648.959,27	20,02	-5.468.627,91	17,63
Resultado Nominal (-RPPS)	4.095.000,00	-1.922.000,00	-146,94	-1.735.000,00	-9,73	-3.795.000,00	118,73	-3.897.000,00	2,69	-4.010.000,00	2,90
Dívida Pública Consolidada	21.515.000,00	16.390.000,00	-23,82	12.953.000,00	-20,97	18.127.000,00	39,94	14.230.000,00	-21,50	10.120.000,00	-28,18
Dívida Consolidada Líquida	2.942.000,00	-6.846.000,00	-332,70	-2.463.000,00	-64,02	9.967.000,00	-504,67	6.070.000,00	-39,10	2.060.000,00	-66,06

Fonte: Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno.

MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2018

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Valores a Preços Constantes										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	212.018.136,88	218.539.680,30	3,08	211.109.800,00	-3,40	229.575.570,33	8,75	232.630.436,74	1,33	236.006.007,32	1,45
Receitas Primárias (I)	203.414.595,08	208.780.132,50	2,64	202.709.800,00	-2,91	220.757.251,94	8,90	223.486.629,01	1,24	226.555.813,36	1,37
Despesa Total	212.018.136,88	218.539.680,30	3,08	211.109.800,00	-3,40	229.575.570,33	8,75	232.630.436,74	1,33	236.006.007,32	1,45
Despesas Primárias (II)	208.813.864,55	215.805.901,50	3,35	208.574.800,00	-3,35	224.351.481,99	7,56	227.489.392,92	1,40	230.924.840,34	1,51
Resultado Primário (III) = (I-II)	-5.399.269,46	-7.025.769,00	30,12	-5.865.000,00	-16,52	-3.594.230,05	-38,72	-4.002.763,91	11,37	-4.369.026,97	9,15
Resultado Nominal (-RPPS)	4.816.995,31	-2.042.893,80	-142,41	-1.735.000,00	-15,07	-3.521.388,14	102,96	-3.355.325,37	-4,72	-3.203.691,76	-4,52
Dívida Pública Consolidada	25.308.340,42	17.420.931,00	-31,17	12.953.000,00	-25,65	16.820.079,80	29,85	12.252.060,55	-27,16	8.165.019,89	-33,36
Dívida Consolidada Líquida	3.460.708,23	-7.276.613,40	-310,26	-2.463.000,00	-66,15	9.248.399,37	-475,49	5.226.283,03	-43,49	1.645.786,79	-68,51

Fonte: Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno.

Índices de Inflação (%)					
2015	2016	2017	2018	2019	2020
10,67	6,29	7,77	7,77	7,77	7,77

Fonte: Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno.
Nota: Os índices de inflação de 2015 e 2016 correspondem à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e as estimativas para 2017 a 2020 são a média geométrica do IPCA no período 2014-2016.

MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2018

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	...	...	-	-	85.378.583,88	101,14
Reservas	...	...	...	...	...	...
Resultado Acumulado	257.933.489,80	100,00	87.162.704,35	100,00	-962.056,37	-1,14
TOTAL	257.933.489,80	100,00	87.162.704,35	100,00	84.416.527,51	100,00

Fonte: Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno.
Nota: As informações consolidadas foram extraídas do Sistema Sonner de Contabilidade Pública da Prefeitura de Unaí.
Sinais convencionais utilizados:
... Dado numérico não disponível.
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio	177.532.608,67	66,15	246.879.863,52	83,92	246.872.084,52	80,95
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-60.096.507,48	33,85	-39.691.595,25	16,08	-47.038.724,72	19,05
TOTAL	117.436.101,19	100,00	207.188.268,27	100,00	199.833.359,80	100,00

Fonte: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí (UNAPREV).
Nota: O valor do passivo a descoberto sofreu relevante influência do Cálculo Atuarial de 31/12/2016. Sinais convencionais utilizados:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno

MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
Receitas de Capital - Alienação de Ativos (I)	31.518,27	123.660,60	814.366,18
Alienação de Bens Móveis	...	...	...
Alienação de Bens Imóveis	...	...	...

DESPESAS EXECUTADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos (II)	65.000,00	64.210,62	832.238,02
Despesas de Capital	65.000,00	64.210,62	832.238,02
Investimentos	65.000,00	64.210,62	832.238,02
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-

SALDO FINANCEIRO	2016 (g)=((Ia-IId)+IIIh)	2015 (h)=((Ib-IIe)+IIIi)	2014 (i)=(Ic-IIf)
Valor (III)	108.798,47	143.316,81	83.866,83

Fonte: Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno.
Nota: Todas as informações foram extraídas do Anexo 13 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Sistema de Apoio ao Controle Externo da Lei de Responsabilidade Fiscal (SIACE/LRF) dos exercícios de 2014, 2015 e 2016. O saldo financeiro de 2014 incorpora o saldo de 2013 no valor de R$ 101.738,67. Em 2014 e em 2015 os saldos financeiros divergem em R$ 1.036,61 a maior dos valores apurados no Anexo 13 (R$ 142.280,20 e R$ 108.798,47, respectivamente) porque o relatório oficial resgatou o saldo financeiro do exercício de 2014 em R$ 82.830,22 (R$ 1.036,61 a menor). Sinais convencionais utilizados:
... Dado numérico não disponível.
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2018

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2014	2015	2016
Receitas Previdenciárias – RPPS (I) (Exceto Intra-orçamentárias)	10.468.245,94	10.203.048,07	15.715.313,36
Receitas Correntes	5.972.962,87	4.831.152,79	6.361.521,28
Receitas de Contribuições Patronais	11.803,10	16.034,52	7.997,53
Receitas de Contribuições dos Segurados	4.495.283,07	4.815.118,27	6.353.523,75
Pessoal Civil	4.495.283,07	4.815.118,27	6.353.523,75
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	5.846.735,56	5.348.935,75	9.345.873,52
Receita de Serviços	-	-	
Outras Receitas Correntes	114.424,21	22.959,53	7.918,56
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	73.762,30	-	-
Demais Receitas Correntes	40.661,91	22.959,53	7.918,56
Receitas de Capital	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) Deduções da Receita	-	-	-
Receitas Previdenciárias – RPPS (II) (Intra-orçamentárias)	5.613.212,54	5.868.490,21	6.571.948,75
Receitas Correntes	5.613.212,54	5.868.490,21	6.571.948,75
Receita de Contribuições	5.613.212,54	5.868.490,21	6.571.948,75
Patronal	4.878.409,86	4.565.070,72	4.756.255,92
Pessoal Civil	4.878.409,86	4.565.070,72	4.756.255,92
Pessoal Militar	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	734.802,68	1.303.419,49	1.815.692,83
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Receitas de Capital	-	-	-
(-) Deduções da Receita	1.088.650,27	635.424,52	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I+II)	14.992.808,21	15.436.113,76	22.287.262,11

(Continua)

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno

(Continuação)

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2014	2015	2016
Despesas Previdenciárias – RPPS (IV) (Exceto Intra-orçamentárias)	11.254.722,66	13.399.550,98	17.522.704,70
Administração	739.476,19	826.470,05	834.794,45
Despesas Correntes	731.480,83	815.527,73	832.594,45
Despesas de Capital	7.995,36	10.942,32	2.200,00
Previdência	10.515.246,47	12.573.080,93	16.606.648,47
Pessoal Civil	9.466.467,83	11.303.943,67	15.242.686,15
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	1.048.778,64	1.269.137,26	1.363.962,32
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	1.048.778,64	1.269.137,26	1.363.962,32
Despesas Previdenciárias – RPPS (Intra-orçamentárias) (V)	42.128,06	54.081,24	81.261,78
Administração	42.128,06	54.081,24	81.261,78
Despesas Correntes	42.128,06	54.081,24	81.261,78
Despesas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+V)	11.296.850,72	13.453.632,22	17.522.704,70
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III-VI)	**3.695.957,49**	**1.982.481,54**	**4.764.557,41**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2014	2015	2016
Total dos Aportes para o RPPS	4.751.176,94	3.818.898,41	1.815.692,83
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Plano Previdenciário	4.751.176,94	3.818.898,41	1.815.692,83
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	4.751.176,94	3.818.898,41	1.815.692,83
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	8.447.134,43	5.801.379,95	6.775.363,80
BENS E DIREITOS DO RPPS	-47.038.724,72	-39.691.595,25	-60.096.507,48

Fonte: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí (UNAPREV).

Nota: Os dados de receitas e despesas foram extraídos dos Balancetes de Receitas e de Despesas do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí (UNAPREV) de 2014, 2015 e 2016. Para os bens e direitos do RPPS, considerou-se o Passivo Real a Descoberto apurado nos Balanços Patrimoniais do UNAPREV de 2014, 2015 e 2016. Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2018

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2015	13.269.967,59	10.693.316,21	2.576.651,38	47.625.452,52
2016	13.451.434,78	11.552.437,97	1.898.996,81	49.524.449,33
2017	13.567.023,76	12.731.525,47	835.498,29	50.359.947,62
2018	12.927.069,80	13.577.113,34	-650.043,54	49.709.904,08
2019	12.317.302,36	13.872.216,75	-1.554.914,39	48.154.989,69
2020	11.736.297,53	13.864.807,39	-2.128.509,86	46.026.479,83
2021	11.182.698,59	14.009.865,89	-2.827.167,30	43.199.312,53
2022	10.655.212,81	14.262.623,81	-3.607.411,00	39.591.901,53
2023	10.152.608,43	14.496.476,48	-4.343.868,05	35.248.033,48
2024	9.673.711,81	14.255.564,64	-4.581.852,83	30.666.180,65
2025	9.217.404,65	14.085.644,69	-4.868.240,04	25.797.940,61
2026	8.782.621,42	14.123.324,23	-5.340.702,81	20.457.237,80
2027	8.368.346,82	14.110.413,24	-5.742.066,42	14.715.171,38
2028	7.973.613,48	13.860.317,54	-5.886.704,06	8.828.467,32
2029	7.597.499,64	13.247.831,50	-5.650.331,86	3.178.135,46
2030	7.239.127,01	12.997.856,04	-5.758.729,03	-2.580.593,57
2031	6.897.658,76	12.550.651,90	-5.652.993,14	-8.233.586,71
2032	6.572.297,49	11.946.884,39	-5.374.586,90	-13.608.173,61
2033	6.262.283,46	11.141.058,49	-4.878.775,03	-18.486.948,64
2034	5.966.892,73	10.563.192,56	-4.596.299,83	-23.083.248,47
2035	5.685.435,53	10.152.141,11	-4.466.705,58	-27.549.954,05
2036	5.417.254,60	9.799.200,43	-4.381.945,83	-31.931.899,88
2037	5.161.723,72	9.256.016,92	-4.094.293,20	-36.026.193,08
2038	4.918.246,19	8.578.246,62	-3.660.000,43	-39.686.193,51
2039	4.686.253,45	7.919.414,37	-3.233.160,92	-42.919.354,43
2040	4.465.203,76	7.432.566,86	-2.967.363,10	-45.886.717,53
2041	4.254.580,93	7.280.410,97	-3.025.830,04	-48.912.547,57
2042	4.053.893,15	6.642.365,90	-2.588.472,75	-51.501.020,32
2043	2.553.941,19	6.098.364,36	-3.544.423,17	-55.045.443,49
2044	2.433.472,27	5.471.568,61	-3.038.096,34	-58.083.539,83
2045	2.318.685,84	5.023.105,90	-2.704.420,06	-60.787.959,89
2046	2.209.313,86	4.449.919,43	-2.240.605,57	-63.028.565,46
2047	2.105.100,95	3.954.845,80	-1.849.744,85	-64.878.310,31
2048	2.005.803,73	3.507.691,99	-1.501.888,26	-66.380.198,57

(Continua)

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno

(Continuação)

2049	1.911.190,35	3.232.897,98	-1.321.707,63	-67.701.906,20
2050	1.821.039,85	2.819.331,12	-998.291,27	-68.700.197,47
2051	1.735.141,75	2.471.708,09	-736.566,34	-69.436.763,81
2052	1.653.295,43	2.198.285,41	-544.989,98	-69.981.753,79
2053	1.575.309,80	1.932.734,34	-357.424,54	-70.339.178,33
2054	1.501.002,73	1.694.757,15	-193.754,42	-70.532.932,75
2055	1.430.200,72	1.514.510,54	-84.309,82	-70.617.242,57
2056	1.362.738,43	1.346.277,78	16.460,65	-70.600.781,92
2057	1.298.458,31	1.216.195,57	82.262,74	-70.518.519,18
2058	1.237.210,28	1.172.133,22	65.077,06	-70.453.442,12
2059	1.178.851,30	1.111.039,85	67.811,45	-70.385.630,67
2060	1.123.245,11	1.090.563,79	32.681,32	-70.352.949,35
2061	1.070.261,85	1.070.814,85	-553,00	-70.353.502,35
2062	1.019.777,80	1.023.857,69	-4.079,89	-70.357.582,24
2063	971.675,07	984.346,78	-12.671,71	-70.370.253,95
2064	925.841,34	956.048,20	-30.206,86	-70.400.460,81
2065	882.169,58	887.231,94	-5.062,36	-70.405.523,17
2066	840.557,81	880.891,17	-40.333,36	-70.445.856,53
2067	800.908,86	860.782,00	-59.873,14	-70.505.729,67
2068	763.130,14	805.343,75	-42.213,61	-70.547.943,28
2069	727.133,44	784.362,03	-57.228,59	-70.605.171,87
2070	692.834,69	760.650,88	-67.816,19	-70.672.988,06
2071	660.153,81	736.760,90	-76.607,09	-70.749.595,15
2072	629.014,48	705.467,11	-76.452,63	-70.826.047,78
2073	599.343,99	690.595,65	-91.251,66	-70.917.299,44
2074	571.073,05	660.600,52	-89.527,47	-71.006.826,91
2075	544.135,64	601.266,15	-57.130,51	-71.063.957,42
2076	518.468,86	575.993,63	-57.524,77	-71.121.482,19
2077	494.012,79	530.387,04	-36.374,25	-71.157.856,44
2078	470.710,29	511.806,68	-41.096,39	-71.198.952,83
2079	448.506,98	468.249,09	-19.742,11	-71.218.694,94
2080	427.350,98	442.596,30	-15.245,32	-71.233.940,26
2081	407.192,92	427.183,57	-19.990,65	-71.253.930,91
2082	387.985,71	400.406,38	-12.420,67	-71.266.351,58
2083	369.684,50	374.715,03	-5.030,53	-71.271.382,11
2084	352.246,55	343.430,56	8.815,99	-71.262.566,12
2085	335.631,14	311.559,00	24.072,14	-71.238.493,98
2086	319.799,48	300.889,59	18.909,89	-71.219.584,09
2087	304.714,60	282.028,62	22.685,98	-71.196.898,11
2088	290.341,27	267.781,38	22.559,89	-71.174.338,22
2089	276.645,92	234.172,04	42.473,88	-71.131.864,34
2090	263.520,44	207.252,32	56.268,12	-71.075.596,22

Fonte: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí (UNAPREV).

Nota: Em atenção à solicitação contida no Ofício n.º 115/2017/DIRPES, foram mantidas as mesmas informações da LDO de 2017.

MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
..	..	..	-	-	-	..
TOTAL			-	-	-	..

Fonte: Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno.
Nota: De acordo com a Secretária Adjunta da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Controle Interno, a renúncia de receita não faz parte da política fiscal do atual governo. Sinais convencionais utilizados:
.. Não se aplica dado numérico.
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Câmara Municipal de Unaí 33

MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) — R$ 1,00

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2018
Aumento Permanente da Receita	5.237.896,58
Prefeitura de Unaí	3.864.000,00
Serviço Municipal de Saneamento Básico	408.188,10
Regime Próprio de Previdência Social	965.708,48
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	467.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.770.896,58
Prefeitura de Unaí	3.397.000,00
Serviço Municipal de Saneamento Básico	408.188,10
Regime Próprio de Previdência Social	965.708,48
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Prefeitura de Unaí	-
Serviço Municipal de Saneamento Básico	-
Regime Próprio de Previdência Social	-
Margem Bruta (III)=(I+II)	4.770.896,58
Prefeitura de Unaí	3.397.000,00
Serviço Municipal de Saneamento Básico	408.188,10
Regime Próprio de Previdência Social	965.708,48
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	4.770.896,58
Impacto de Novas DOCC	4.770.896,58
Prefeitura de Unaí	3.397.000,00
Serviço Municipal de Saneamento Básico	408.188,10
Regime Próprio de Previdência Social	965.708,48
Novas DOCC geradas por PPP	4.770.896,58

(Continua)

(Continuação)

MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (V) = (III-IV)	-
Prefeitura de Unaí	-
Serviço Municipal de Saneamento Básico	-
Regime Próprio de Previdência Social	-

Fonte: Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno.

Nota: Para a Prefeitura de Unaí (PMU), o aumento permanente na receita para 2018 foi estimado a partir da projeção da variação real do PIB, a saber, 1,9%. Para tanto, foi deduzido o valor do repasse para o Poder Legislativo. No caso do Serviço Municipal de Saneamento Básico (SAAE), os dados foram extraídos da proposta de LDO elaborada pela autarquia. No caso do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), os dados foram extraídos de informações complementares enviadas pela autarquia. Os valores correspondentes à margem líquida de expansão de DOCC, quando existentes, são esterilizados no momento da fixação da despesa por meio da utilização da reserva de contingência. Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

PREFEITURA DE
UNAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018

Anexo de Metas Fiscais

Metodologia de Previsão da Arrecadação e Memória de Cálculo das Metas Fiscais

Prefeitura de Unaí

PREFEITURA DE UNAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA DE PREVISÃO DA ARRECADAÇÃO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS
2018

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste relatório é apresentar as metodologias utilizadas na previsão da arrecadação bem como a memória de cálculo das metas fiscais para o período 2018-2020. Desta forma, atende-se à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em seus artigos 4º, § 2º, inciso II, e 12 (DEBUS; MORGADO, 2004).

A LRF atribuiu à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) novas e importantes funções de planejamento, dentre as quais se destaca a fixação de metas de resultado primário e nominal, essenciais à gestão fiscal responsável (NASCIMENTO, 2004).

Neste sentido, o Anexo de Metas Fiscais (AMF) e o Anexo de Riscos Fiscais (ARF) da LDO de 2018 para o Município de Unaí evidenciam as condições necessárias à trajetória de equilíbrio das finanças públicas municipais. Ademais, cabe destacar que o AMF e o ARF foram elaborados conforme as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (BRASIL, 2016).

Para facilitar o entendimento e leitura do relatório, optou-se por apresentar, no primeiro momento, as metodologias de previsão da arrecadação e em seguida os resultados encontrados. Embora os cálculos não estejam descritos até o nível da aritmética das operações, todos os procedimentos, técnicas e métodos utilizados foram suficientemente explicitados. Após a estimativa das receitas públicas para o período 2018-2020, passou-se à fixação das metas para as despesas e, por fim, às metas de resultado primário e nominal.

É muito importante salientar que, em todo o relatório, os dados numéricos das tabelas foram arredondados. A convenção de arredondamento adotada seguiu a regra aritmética padrão para eliminar os valores inferiores a R$ 1.000,00. O objetivo deste procedimento foi permitir a conferência, o desdobramento e a vinculação por fonte de recurso no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Por fim, e para conferir ainda mais transparência à LDO, este estudo está instruído com as referências bibliográficas dos materiais impressos ou em meio eletrônico utilizados nas pesquisas realizadas durante o processo de elaboração.

2. METODOLOGIA DE PREVISÃO DA ARRECADAÇÃO

Dada a diversidade de receitas que atualmente são arrecadadas pela Prefeitura de Unaí, e partindo do pressuposto de que cada receita possui uma especificidade que lhe confere a característica de variável no que diz respeito aos seus valores observados ao longo do tempo, as previsões de arrecadação para o período 2018-2020 foram realizadas utilizando-se um conjunto de quatro diferentes metodologias, quais sejam:

1) Metodologia dos Modelos Econométricos;
2) Metodologia dos Cenários Macroeconômicos;
3) Metodologia dos Parcelamentos Previdenciários; e
4) Metodologia das Transferências Multigovernamentais ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

As duas primeiras metodologias são as mais adequadas às receitas públicas de natureza tributária, ainda que decorrentes de transferências constitucionais. Tais receitas possuem maior peso relativo na receita total e podem ser interpretadas como variáveis dependentes de natureza estocástica. O desafio passa a ser, então, conhecer as variáveis independentes capazes de explicar o comportamento dessas receitas e gerar as previsões a partir do desenho e estimativa de modelos econométricos. As demais metodologias aplicam-se a casos muito específicos, nos quais as naturezas das receitas as tornam altamente aleatórias ou muito próximas a variáveis determinísticas. As subseções a seguir apresentam maiores detalhes sobre as metodologias utilizadas.

2.1. Metodologia dos Modelos Econométricos

Esta metodologia consiste em estimar modelos econométricos compostos por uma equação de regressão na qual a receita de interesse é interpretada como uma variável aleatória que depende da evolução do tempo. Teoricamente, a reta gerada pelo modelo estaria capturando os efeitos do crescimento econômico e da elevação do nível de preços ao longo dos anos sobre a receita realizada (GREENE, 2003; GUJARATI, 2000).

Desta forma, conhecendo-se o padrão de crescimento das receitas em períodos anteriores, ou seja, a tendência da série histórica, torna-se possível realizar as previsões para o seu comportamento futuro (JOHNSTON; DINARDO, 1997).

As amostras utilizadas nos modelos compreendem as séries históricas das receitas. Nos casos reportados, os parâmetros estimados da equação de regressão exibiram significância estatística inferiores a 0,1% em testes *t* bilaterais. Os coeficientes de determinação ajustados atingiram

valores superiores 0,90 e os testes *F* apresentaram valores inferiores a 0,01% para "p". As Figuras 1 e 2, a seguir, apresentam as estimativas dos modelos.

Figura 1 – Modelo Econométrico de Previsão da Arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

Identificação do Modelo				
Equação de Regressão: $ISSQN_{(Ano)} = \alpha + \beta(Ano)$				
Método: Mínimos Quadrados Ordinários				
Amostra: 1999-2016 (18 anos)				
Estimativas dos Parâmetros e Testes Estatísticos				
Coeficientes		Des. Pad.	Teste t	Valor p
α	-1,16E+09	9,09E+07	-12,80	0,000
β	581.689,7	45.255,64	12,85	0,000
Testes Estatísticos para o Modelo Econométrico				
Coef. de Determinação R^2	0,9117	Teste F		165,21
R^2 Ajustado	0,9062	Valor p do Teste F		0,0000

Figura 2 – Modelo Econométrico de Previsão da Arrecadação da Cota parte do ITCMD relacionada ao FUNDEB (ITCMD-FUNDEB)

Identificação do Modelo				
Equação de Regressão: $ITCMD - FUNDEB_{(Ano)} = \alpha + \beta(Ano)$				
Método: Mínimos Quadrados Ordinários				
Amostra: 2007-2016 (10 anos)				
Estimativas dos Parâmetros e Testes Estatísticos				
Coeficientes		Des. Pad.	Teste t	Valor p
α	-6,19E+07	2.520.283	-24,57	0,000
β	30.859,41	1.252,936	24,63	0,000
Testes Estatísticos para o Modelo Econométrico				
Coef. de Determinação R^2	0,9870	Teste F		606,62
R^2 Ajustado	0,9854	Valor p do Teste F		0,0000

Como é possível perceber, muitas receitas não foram estimadas por meio de modelos econométricos. Tal fato decorre dos resultados estatísticos indesejáveis que foram obtidos com a tentativa de fazê-lo, tais como parâmetros não significativos, baixo valor do coeficiente de determinação, presença de *outliers*, e testes *F* que rejeitavam o modelo. Assim sendo, recorreu-se à metodologia dos cenários macroeconômicos.

2.2. Metodologia dos Cenários Macroeconômicos

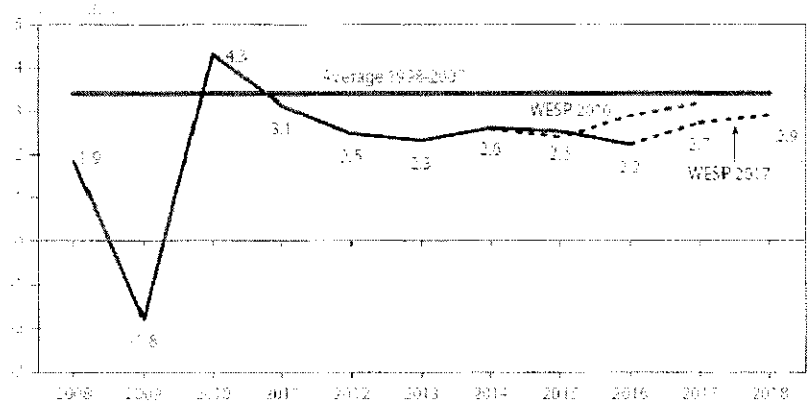
A metodologia dos cenários macroeconômicos baseia-se na ideia de que a evolução das receitas depende fundamentalmente do crescimento da economia, seja em seu componente real ou ainda na parte nominal. Desta forma, o cenário macroeconômico composto por estas variáveis é capaz de descrever o comportamento das receitas e, consequentemente, gerar as previsões (SACHS; LARRAIN, 2004).

Para construir os cenários macroeconômicos do período 2018-2020, buscou-se, inicialmente, estimativas sólidas para o crescimento real da economia brasileira. Nos últimos anos, o setor público no Brasil, e especialmente as finanças públicas municipais, têm sofrido graves problemas de continuidade e estabilidade na arrecadação em função da recessão econômica sem precedentes que assola o país. Em outras palavras, o baixo crescimento econômico retarda e em alguns casos impede a elevação da receita pública, tornando ainda mais frágil o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Na tentativa de buscar uma avaliação mais contundente sobre o cenário futuro, optou-se por considerar o relatório *World Economic Situation and Prospects 2017* das *United Nations* (UN). As projeções realizadas para a economia brasileira até 2018 têm como pressupostos os seguintes fundamentos:

> The global economy remains trapped in a **prolonged period of slow economic growth** and dwindling international trade growth. Since 2012, world gross product (WGP) has expanded at an average annual rate of 2.5 per cent, much lower than the average of 3.4 per cent observed in the decade prior to the financial crisis (figure I.1).

Figure I.1
Revision of world gross product forecast since WESP 2016



Source: UN/DESA, based on United Nations Statistics Division National Accounts Main Aggregates Database and UN/DESA forecasts.

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno

In 2016, growth in both WGP and world trade dropped to their slowest pace since the Great Recession of 2009. WGP is estimated to have expanded by just 2.2 per cent, reflecting a **downward revision** of 0.7 percentage points relative to forecasts a year ago (table I.1). The weaker-than-expected growth performances in Japan, the United States of America and in several countries in Africa, the Commonwealth of Independent States (CIS) and Latin America and the Caribbean have contributed to this **downward revision** relative to forecasts presented in the *World Economic Situation and Prospects* (*WESP*) *2016* (United Nations, 2016a).

Table I.1
Growth of world output, 2014–2018

						Change from WESP 2016	
Annual percentage change	2014	2015	2016[a]	2017[b]	2018[b]	2016	2017
World	2.6	2.5	2.2	2.7	2.9	-0.7	-0.5
Developed economies	1.7	2.1	1.5	1.7	1.8	-0.7	-0.6
United States of America	2.4	2.6	1.5	1.9	2.0	-1.1	-0.9
Japan	-0.1	0.6	0.5	0.9	0.9	-0.8	0.3
European Union	1.5	2.2	1.8	1.8	1.8	-0.2	-0.4
EU-15	1.4	2.0	1.7	1.6	1.7	-0.3	-0.5
EU-13	2.8	3.6	3.0	3.2	3.3	0.0	0.0
Euro area	1.1	1.9	1.6	1.7	1.7	-0.3	-0.3
Other developed countries	2.5	1.6	1.7	2.0	2.2	-0.4	-0.5
Economies in transition	0.9	-2.8	-0.2	1.4	2.0	-1.0	-0.5
South-Eastern Europe	0.2	2.0	2.6	3.1	3.3	0.0	0.1
Commonwealth of Independent States and Georgia	1.0	-3.0	-0.3	1.4	2.0	-1.0	-0.4
Russian Federation	0.7	-3.7	-0.8	1.0	1.5	-0.8	-0.2
Developing economies	4.3	3.8	3.6	4.4	4.7	-0.7	-0.4
Africa	3.8	3.1	1.7	3.2	3.8	-2.7	-1.2
North Africa	1.8	3.2	2.6	3.5	3.6	-1.5	-0.6
East Africa	7.0	6.6	5.5	6.0	6.3	-1.3	-0.6
Central Africa	5.4	1.5	2.4	3.4	4.2	-1.9	-0.8
West Africa	6.1	3.2	0.1	3.1	4.1	-5.1	-2.2
Southern Africa	2.7	1.9	1.0	1.8	2.6	-2.0	-1.5
East and South Asia	6.1	5.7	5.7	5.9	5.9	-0.1	0.1
East Asia	6.1	5.7	5.5	5.6	5.6	-0.1	0.0
China	7.3	6.9	6.6	6.5	6.5	0.2	0.0
South Asia	6.2	6.0	6.7	6.9	6.9	0.0	-0.1
India[c]	7.3	7.3	7.6	7.7	7.6	0.2	0.2
Western Asia	2.6	2.7	2.1	2.5	3.0	-0.3	-0.5
Latin America and the Caribbean	0.7	-0.6	-1.0	1.3	2.1	-1.7	-1.4
South America	0.1	-1.9	-2.3	0.9	2.0	-2.2	-1.5
Brazil	0.1	-3.9	-3.2	0.6	1.6	-2.4	-1.7
Mexico and Central America	2.5	2.7	2.3	2.3	2.2	-0.6	-1.1
Caribbean	3.1	4.0	2.7	2.7	2.8	-0.9	-0.6
Least developed countries	5.7	3.7	4.5	5.2	5.5	-1.1	-0.4
Memorandum items							
World trade[d]	3.8	2.6	1.2	2.7	3.3	-2.8	-2.0
World output growth with PPP weights[e]	3.3	3.1	2.9	3.5	3.7	-0.7	-0.4

Source: UN/DESA
a Estimated.
b Forecast, based in part on Project LINK.
c Fiscal year basis.
d Includes goods and services
e Based on 2012 benchmark.

> The **prolonged sluggishness** in the global economy has been characterized by a widespread slowdown of productivity growth in many parts of the world, weak investment, low wage growth, low inflation and rising debt levels. **Low commodity prices have exacerbated these trends in many commodity-exporting countries since mid-2014, while conflict and geopolitical tensions continue to weigh on economic prospects in several regions.**
>
> .....
>
> GDP growth in developing countries, especially in East and South Asia, is expected to remain driven by domestic consumption. China's expansion is expected to remain stable, supported by the strong policy stance, but the rebalancing of the economy continues to weigh on global trade flows. India is expected to remain the fastest growing large developing economy, as the country benefits from strong private consumption and the gradual introduction of significant domestic reforms. **The downturn in Brazil may have turned a corner, following the sharp decline in output in 2015 and 2016. Political uncertainty in Brazil has declined and the foundations of a programme for macro-management have been introduced. However, high unemployment and a relatively tight fiscal policy stance will continue to weigh on the economy.** [...] (UN, 2017, p. 1-5, grifo nosso)

Sobre a América Latina, o mesmo relatório traz as seguintes considerações:

> After contracting for two consecutive years, the economy of Latin America and the Caribbean is expected to return to positive growth in 2017. The region's aggregate GDP is projected to increase by 1.3 per cent in 2017 and by 2.1 per cent in 2018, following an estimated decline of 1.0 per cent in 2016. While the region continues to face significant internal and external headwinds, economic growth is forecast to gradually pick up in most countries. **South America is expected to see a modest cyclical recovery from the severe downturn of 2015 and 2016, with Argentina and Brazil, the subregion's two largest economies, set to emerge from recession.** Several factors are likely to support this recovery, including a strengthening of external demand, an increase in international commodity prices, a decline in political uncertainty, and some monetary easing amid lower inflation. **Average growth in South America will, however, remain fairly weak, weighed down by a rise in unemployment and ongoing fiscal consolidation** [...].
>
> The economic situation and prospects in Mexico and Central America and the Caribbean are generally more favourable as most countries depend less on commodity exports. However, growth projections for both subregions have been downgraded from earlier forecasts in the face of weaker-than

expected activity in the United States, persistent structural constraints (including high debt and unemployment, low productivity growth, and weak institutional capacity) and limited macroeconomic policy space.

The outlook for Latin America and the Caribbean is subject to significant downside risks. These include a sharper-than-expected deceleration in China, the adoption of protectionist measures by the new Administration in the United States and renewed financial market turbulences. The latter could, for example, be triggered by a faster-than-expected pace of interest rate hikes in the United States. A rebound in commodity prices and unexpectedly strong demand from developed economies, in particular the United States, present upside risks for many countries.

The subdued medium-term outlook for Latin America and the Caribbean poses a threat to the social achievements of the past decade and could significantly complicate the region's path towards the realization of the SDGs. These challenges underscore the importance of reorienting macroeconomic and other policies, with a view to promote investment in physical and human capital and strengthen the innovative capacities across the region.

In the face of ongoing global uncertainty and a slump in domestic demand, **South America's GDP contracted for a second consecutive year in 2016.** After declining by 1.9 per cent in 2015, the subregion's output is estimated to have fallen by 2.3 per cent in 2016 amid recessions in Argentina, Brazil, Ecuador and the Bolivarian Republic of Venezuela, and slow growth in Chile and Colombia. **Brazil has witnessed the deepest recession on record during the past two years. The cumulative decline in Brazil's economic output since late 2014 exceeds 8 per cent as severe macroeconomic imbalances and a political crisis led to a sharp contraction of domestic demand.** The Venezuelan economy faces an even deeper crisis amid large financing needs, shortages of basic goods, and spiralling inflation.

GDP is estimated to have fallen by about 8 per cent in 2016, bringing the cumulative output contraction since 2013 to almost 20 per cent. Among the few bright spots in the sub- region are the Plurinational State of Bolivia and Peru, which defied the regional downturn, largely owing to strong private and government consumption.

.....

Looking ahead, South America is projected to see a mild - largely cyclical – recovery in 2017 and 2018. While economic activity has generally remained weak in 2016, some positive signs - both on the domestic and the external front - have started to emerge. In several countries, including Brazil and Colombia, consumer and business confidence have shown improvements.

> At the same time, net capital inflows and asset prices, including domestic currencies, have recovered, following the slump in 2015. These positive trends reflect firmer commodity prices and a search for yield among international investors. At the same time, inflation has started to moderate in almost all South American countries owing to stronger domestic currencies, a diminishing impact of El Nino and the lack of demand pressures. With inflationary pressures in South America declining, average consumer price inflation in Latin America and the Caribbean is projected to slow from 9.2 per cent in 2016 to 6.1 per cent in 2017 (excluding the Bolivarian Republic of Venezuela).
>
> .....
>
> **Overall, the baseline forecast predicts a return to positive growth in Argentina and Brazil in 2017. The recovery is, however, expected to be relatively shallow, especially in Brazil, which continues to face macroeconomic imbalances (including high stocks of public and private debt) and major policy challenges such as reforming the pension system.** [...] (UN, 2017, p. 141-146, grifo nosso)

De acordo com as análises da UN (2017), optou-se inicialmente por trabalhar com as taxas de 0,6% e 1,6% para o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 e 2018, respectivamente. No que diz respeito aos anos de 2019 e 2020, foi necessário recorrer a outras fontes para obter projeções do crescimento da economia brasileira (variação real do PIB).

O *The Conference Board* (TCB), associação internacional de pesquisa econômica, faz periodicamente avaliações e projeções para a economia mundial e de diversos países membros. Os resultados mais recentes encontram-se disponíveis no relatório de notas metodológicas intitulado *Global Growth Projections for The Conference Board* (ERUMBAN; DE VRIES, 2016). Acerca das projeções para a economia mundial a partir de 2017, os autores do relatório fazem as seguintes considerações:

> The outlook for 2017 and **beyond shows a continuation of stagnant global growth** (Table 1). Global growth in real GDP has dropped off to 2.5 percent in 2016 – its lowest rate since the end of the global recession in 2009, and is likely to increase only marginally to 2.8 percent in 2017. Among the larger economies, the United States is expected to see somewhat faster growth of 2 percent in 2017 compared to 1.6 percent in 2016. The European growth environment remains fragile as downside risks continue to linger after the 2008/09 and 2012/13 recessions. During the last five years, Euro Area average GDP growth was just 0.5 percent. The region is expected to see a 1.4 percent growth rate in 2017, somewhat below the 1.5 percent growth in 2016.

Projected GDP growth by region, 2016, 2017, 2017-2021, 2022-2026

	2016	2017	2017-2021	2022-2026
United States	1.6	2.0	2.2	2.0
Europe*	1.6	1.4	1.7	1.3
Of which: Euro Area	1.5	1.4	1.7	1.2
Japan	0.9	0.6	1.2	0.8
Other Mature**	3.0	3.0	3.4	2.8
MATURE ECONOMIES	1.7	1.8	2.1	1.8
China	3.9	3.8	3.3	2.9
India	6.8	6.5	5.8	5.5
Other Developing Asia	5.1	5.0	5.0	4.5
Latin America	-1.3	1.2	2.6	2.7
Of which: Brazil	-3.8	0.0	1.9	2.3
Of which: Mexico	2.4	2.6	4.0	3.8
Middle East & North Africa	3.7	2.7	3.3	3.3
Sub-Saharan Africa	1.7	2.3	4.8	5.1
Russia, Central Asia and Southeast Europe***	0.0	2.0	1.6	1.0
EMERGING MARKETS AND DEVELOPING ECONOMIES	3.2	3.6	3.7	3.5
WORLD	2.5	2.8	3.0	2.7

Note: GDP growth is revised upward to reflect faster declines in alternative ICT prices for 10 countries with significant ICT production and trade, including Singapore, Malaysia, Philippines, Ireland, Taiwan, South Korea, Japan, the United States, Canada, and China; Growth rates for China reflect The Conference Board's own estimates; Projections are based on trend growth estimates, which – for the period 2017-2021 – are adjusted for remaining output gaps; Europe includes European Union -28 as well as Switzerland, Iceland and Norway; Other mature economies are Australia, Canada, Israel, Hong Kong, South Korea, New Zealand, Singapore, and Taiwan; Russia, Central Asia, and Southeast Europe include projections for Russia, Kazakhstan, Turkmenistan, Uzbekistan, Belarus, and Turkey.
Source: The Conference Board Global Economic Outlook 2017.

Emerging markets are on a declining growth path, as their growth engines sputter because of declines in commodity and energy prices as the commodity super-cycle comes to an end, reversal of capital flows and the exhaustion of their catch-up potential. While growth in emerging and developing economies was quite strong immediately after the 2008/09 crisis with 5 to 8 per cent growth in 2010 and 2011, since then it has shown a declining trend in the range of 3 to 4 percent. Given the weak conditions in the global economy, and the time lag by which reforms pay off in terms of faster growth, **there is little scope for emerging economies to accelerate their growth performance much in the next few years.** The year 2017 is likely to end up at a growth rate of 3.6 percent average growth rate compared to 3.2 percent in 2016.

Looking beyond 2017, the global economy is likely to continue the stagnant growth at about 3.0 percent for 2017-2021 even slowing down to 2.7 percent on average between 2022-2026. Mature economies are likely to

> grow at 2.1 percent and 1.8 percent and emerging markets at 3.7 percent and 3.5 percent for the respective projection periods. Growth for the U.S between 2017 and 2021 is projected to be 2.2 percent, which is likely to decline marginally to 2.0 percent during 2022-2026. The long-run growth in Euro Area will decline from 1.7 percent during 2017-2021 to 1.2 percent during 2022-2026, as the declining work force and the increase in ageing of the population further add to long-run downside risks.6 The growth slowdown in the emerging markets will be driven primarily by two largest economies in the region, China (from 3.3 percent to 2.9 percent) and India (from 5.8 percent to 5.5 percent). (ERUMBAN; DE VRIES, 2016, p. 7-8, grifo nosso)

No mesmo documento de trabalho, os autores fazem ainda considerações sobre a metodologia empregada nas projeções e tecem alguns comentários sobre os resultados encontrados por outros organismos internacionais:

> A number of researchers have attempted projecting global economic growth (e.g. Jorgenson and Vu, 2013; Lee and Hong, 2010; Fogel, 2007; Wilson et.al., 2011, among others). However, not all these projections are updated on an annual basis, and, therefore, often do not reflect the most up to date information and dynamics of the global economy. **A few organizations such as International Monetary Fund in its World Economic Outlook (IMF), the Economist Intelligence Unit (EIU) and PricewaterhouseCoopers (PWC) publically provide up to date projections for the medium to longer term.** In this section we compare the methodology and results from The Conference Board's growth projections with some of these studies.
>
> As mentioned, our projection model is based on Jorgenson's growth accounting framework. However, Jorgenson and Vu (2013)'s projections for all input components are based on the performance of the near past, while in our methodology this only holds for the inputs capital services and TFP growth. Our methodology is closely akin to Lee and Hong (2010), in terms of both the growth accounting framework as well as the regression approach to estimate and project input factors. However, their work only covers Asian countries while ours includes 33 mature economies and 32 emerging markets.
>
> IMF projections presented in their World Economic Outlook are based on a 'bottom-up' approach, where the individual country projections produced by respective country teams are aggregated through a series of iterations. Therefore, the methodology can vary from country to country and between different series. The Economist seems to be doing something similar, where country models are adjusted according to 'expert

judgement'. **Unfortunately, none of these organizations provide very detailed descriptions of the methodology used.**

Table 9: Comparison of projections of medium-term GDP growth from difference sources

	GEO Nov. 2016	IMF Oct. 2016	EIU Nov. 2016	PWC Oct. 2016
	2017-2021	2017-2021	2017-2020	2018-2022
United States	2.2	1.9	1.9	2.3
Japan	1.2	0.5	0.3	0.8
Germany	1.5	1.3	1.4	1.4
France	2.0	1.7	1.2	1.6
Italy	1.1	0.9	0.7	1.2
United Kingdom	1.5	1.7	1.0	2.1
Brazil	3.3	6.0	5.0	5.7
China	5.8	7.8	7.4	6.5
India	1.9	1.6	1.7	3.0
Russia	0.7	1.4	1.2	1.5
MATURE ECONOMIES	2.1	1.8	1.7	
EMERGING MARKETS	3.7	4.9	4.4	
WORLD	3.0	3.6	3.2	3.4

Sources: The Conference Board Global Economic Outlook 2017; International Monetary Fund (IMF) - World Economic Outlook Database, October 2016; PricewaterhouseCoopers (PWC), Global Economy Watch- Economic Projections, October 2016; The Economist Intelligence Unit, November 2016.

Table 9 compares our medium-term projections with those of the IMF, EIU and PWC, which should be comparable even though the projection periods are not entirely the same. It seems that our projections for global growth are the lowest with 3.0 percent, the difference with the IMF is even 0.6 percentage points. Different projections for China are the main reason behind this, which are significantly lower in our GEO—as our model uses alternative, lower, estimates for Chinese GDP growth, though projections from the Economist are also clearly below the IMF and PWC. There seems to be more consensus on forecasts for India, another major emerging market, though again our projections are the lowest. Still, in all projections it is clear that India will overtake China in terms of economic growth in the coming five years.

While our model projects slower growth for emerging markets compared to the other studies under review here, the opposite is true for mature economies. The GEO model produces higher GDP growth projections for almost all major advanced economies, and the difference is greatest with the projections from the EIU. Especially for a country like Japan, there seems to be no consensus with the GEO estimates being at the high end of the spectrum. The same is true for the UK, where the EIU

Câmara Municipal Unaí 53 30

> expects the biggest negative impact from Brexit, though here our projections are somewhere in between. Projections for the United States are relative similar across the different studies and show growth of around 2 percent, slightly above its current pace. (ERUMBAN; DE VRIES, 2016, p. 30-32, grifo nosso)

A *Table 1* do relatório *Global Growth Projections for The Conference Board* de novembro de 2016 (ERUMBAN; DE VRIES, 2016) é permanentemente revista e atualizada pelo *The Conference Board* (TCB) à medida que novos dados estatísticos são divulgados pelos países analisados. A última atualização, divulgada em fevereiro de 2017, segue abaixo (TCB, 2017):

The Conference Board Global Economic Outlook, 2015-2026

GDP Growth Rates (Percent Change)

	Actual	Forecast	Forecast	Projected	Trend
	2015	2016	2017	2017-2021	2022-2026
United States	2.6	1.8	2.5	2.2	2.0
Europe*	1.9	1.8	1.6	1.7	1.3
of which: Euro Area	*1.6*	*1.7*	*1.6*	*1.7*	*1.2*
of which: United Kingdom	*2.2*	*2.0*	*1.2*	*1.5*	*1.4*
Japan	1.6	1.4	1.5	1.2	0.8
Other mature**	2.8	3.1	2.9	3.4	2.8
Mature Economies	**2.3**	**2.0**	**2.1**	**2.1**	**1.8**

China	4.2	4.0	3.8	3.3	2.9
India	7.3	6.6	6.2	5.8	5.5
Other developing Asia	5.2	5.5	5.1	5.0	4.5
Latin America	-0.6	-1.5	1.2	2.6	2.7
of which Brazil	*-3.8*	*-3.5*	*0.5*	*1.9*	*2.3*
of which Mexico	*2.6*	*2.2*	*1.8*	*4.0*	*3.8*
Midd e East & North Africa	3.5	3.1	2.5	3.3	3.3
Sub-Saharan Africa	3.1	0.9	2.3	4.8	5.1
Russ.a, Central Asia and Southeast Europe***	0.0	0.8	1.7	1.6	1.0
Emerging Markets and Developing Economies	**3.4**	**3.1**	**3.5**	**3.7**	**3.5**
World Total	**2.9**	**2.6**	**2.9**	**3.0**	**2.7**

Considerando a narrativa do relatório do TCB (2017), as estimativas se mostraram mais realistas. Sendo assim, tomou-se para 2017 a taxa de crescimento real do PIB do Brasil equivalente a 0,5%. Para o restante do período de interesse, qual seja, 2018-2020, foi considerada uma variação real do PIB equivalente a 1,9%. Os dados encontram-se sumariados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Projeção do Crescimento Real do PIB do Brasil para o Período 2017-2020

Período	Variação Real do PIB (%)
2017	0,5
2018	1,9
2019	1,9
2020	1,9

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Os dados são provenientes do TCB (2017).

Uma vez que as receitas são arrecadadas em valores correntes, fez-se necessário considerar a variação de preços para o período de interesse. Assim sendo, foi utilizada a média geométrica,

$Mg = \sqrt[n]{\prod_{i=1}^{n} x_i}$, dos fatores analíticos anuais da série do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período 2014-2016 (6,41% em 2014, 10,67% em 2015 e 6,29% em 2016) como projeção da inflação do período 2017-2020. A escolha do IPCA deu-se em razão deste índice ser o indicador oficial da inflação no país.

Tabela 2 – Projeção da Inflação no Brasil para o Período 2017-2020

Período	Variação Anual do IPCA (%)
2017	7,77
2018	7,77
2019	7,77
2020	7,77

Fonte: Elaboração própria.
Nota: A série do IPCA foi obtida no IPEADATA (2017).

Com base nas informações das Tabelas 1 e 2 foram construídos os fatores de projeção para o período 2016-2019:

Tabela 3 – Fatores de Projeção o Período 2017-2020

Período	Fator de Projeção Real Acumulado	Fator de Projeção Inflacionário Acumulado	Fator de Projeção Nominal Acumulado
2017	1,005	1,0777	1,0830885
2018	1,024095	1,16143729	1,18942212150255
2019	1,043552805	1,251680967433	1,30619518452982
2020	1,063380308295	1,34893657860254	1,43443259482478

Fonte: Elaboração própria.

Segundo esta metodologia, para calcular as previsões relacionadas a cada receita, basta aplicar o fator de projeção nominal acumulado sobre o valor da arrecadação referente ao exercício de 2016. As receitas cujas previsões encontram-se baseadas nesta metodologia são:

Da Prefeitura de Unaí (PMU):

1) IPTU;
2) IRRF;
3) ITBI;
4) Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia;
5) Taxas Pela Prestação de Serviços;
6) Receita de Contribuições;
7) Aplicações Financeiras;
8) Outras Receitas Patrimoniais;

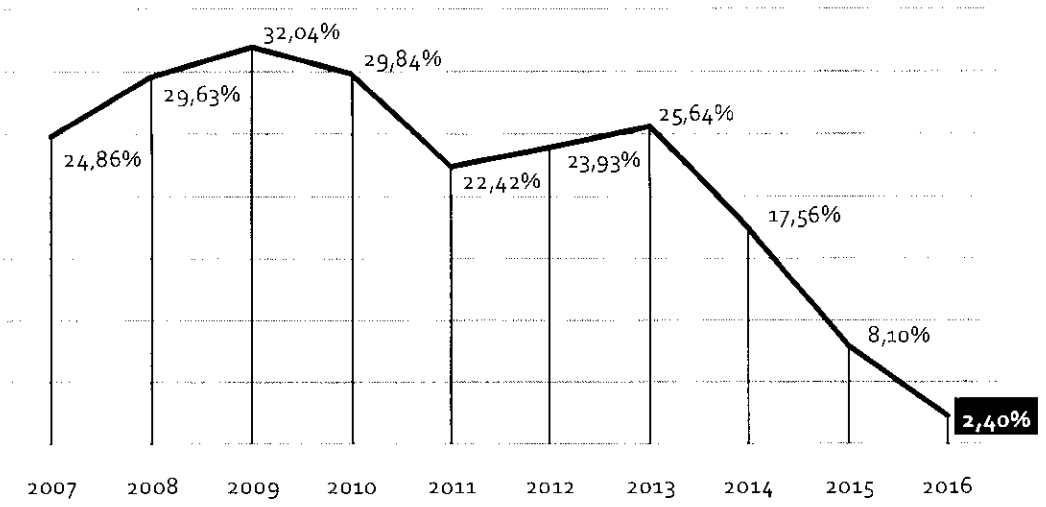
9) Receita de Serviços;
10) Cota-Parte do FPM – Cota Mensal;
11) Cota-Parte do FPM – Dezembro;
12) Cota-Parte do FPM – Julho;
13) Cota-Parte do ITR;
14) Transf. Fin. do ICMS/Des. LC n.º 87/96;
15) Demais Transferências da União;
16) Cota-Parte Comp. Fin. Rec. Hídricos;
17) Cota-Parte Comp. Fin. Rec. Minerais;
18) Cota-Parte Fundo Especial do Petróleo;
19) Transf. de Recursos do SUS;
20) Transf. de Recursos do FNAS;
21) Transf. de Recursos do FNDE;
22) Cota-Parte do ICMS;
23) Cota-Parte do IPVA;
24) Cota-Parte do IPI/Exportações;
25) Contribuição Interv. Dom. Econômico – CIDE;
26) Transferências do Estado para o SUS;
27) Transferências do FEAS;
28) Outras Transferências do Estado;
29) Transferências de Pessoas;
30) Transferências de Convênios da União;
31) Transferências de Convênios do DF e dos Estados;
32) Multas e Juros de Mora dos Tributos;
33) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos;
34) Multas e Juros de Mora de Outras Receitas;
35) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas;
36) Multas de Outras Origens;
37) Indenizações e Restituições;
38) Receita da Dívida Ativa Tributária;
39) Receita da Dívida Ativa Não Tributária;
40) Receitas Diversas;
41) Transferências da União para o SUS; e
42) Transferências de Convênios.

2.4. Metodologia das Transferências Multigovernamentais ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

As receitas associadas às transferências multigovernamentais destinadas ao FUNDEB dependem, por um lado, da contribuição do ente ao fundo e, por outro lado, do número de alunos matriculados na rede pública de ensino de cada ente.

A Prefeitura de Unaí ainda é beneficiada pelo critério de distribuição de recursos, dada a rentabilidade de 2,40% observada em 2016. Todavia, este retorno, conforme demonstrado na Figura 3, foi o pior resultado desde 2007.

Figura 3 – Evolução da Rentabilidade do FUNDEB no Período 2007-2016



Desta forma, as estimativas de todas as transferências destinadas ao FUNDEB consideraram o valor previsto da contribuição do Município ao fundo em cada ano do período 2018-2020, bem como a manutenção da rentabilidade de 2,40% apurada em 2016.

A única exceção a esta metodologia foi a Cota-parte do ITCMD, visto que tal dedução ocorre somente na receita dos Estados.

Portanto, as receitas cujas previsões encontram-se baseadas nesta metodologia são:

1) Cota-Parte do FPM-FUNDEB;
2) Cota-Parte do ITR-FUNDEB;
3) Cota-Parte do ICMS-FUNDEB;
4) Cota-Parte do IPVA-FUNDEB;
5) Cota-Parte do IPI- FUNDEB; e
6) Cota-Parte do ICMS/Des.-FUNDEB.

3. MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PREVISÃO DA ARRECADAÇÃO

Tabela 4 – Memória de Cálculo das Metas Anuais de Receita da Prefeitura de Unaí
(Valores em R$)

Especificação	Previsão em Reais Correntes		
	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES	217.258.000,00	237.809.000,00	260.308.000,00
Receita Tributária	37.555.000,00	40.465.000,00	43.601.000,00
Impostos	34.520.000,00	37.131.000,00	39.941.000,00
IPTU	4.680.000,00	5.139.000,00	5.644.000,00
IRRF	9.345.000,00	10.263.000,00	11.270.000,00
ITBI	6.645.000,00	7.297.000,00	8.014.000,00
ISSQN	13.850.000,00	14.432.000,00	15.013.000,00
Taxas	3.035.000,00	3.334.000,00	3.660.000,00
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	944.000,00	1.037.000,00	1.138.000,00
Taxas pela Prestação de Serviços	2.091.000,00	2.297.000,00	2.522.000,00
Receita de Contribuições	2.167.000,00	2.380.000,00	2.613.000,00
Receita Patrimonial	2.008.000,00	2.205.000,00	2.422.000,00
Aplicações Financeiras	1.957.000,00	2.149.000,00	2.360.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	51.000,00	56.000,00	62.000,00
Receita de Serviços	112.000,00	123.000,00	135.000,00
Transferências Correntes	172.516.000,00	189.451.000,00	208.040.000,00
Transferências Intergovernamentais	172.079.000,00	188.971.000,00	207.513.000,00
Transferências da União	64.600.000,00	70.945.000,00	77.909.000,00
Participação na Receita da União	50.077.000,00	54.995.000,00	60.393.000,00
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal	44.329.000,00	48.682.000,00	53.461.000,00
Cota-Parte do FPM - Dezembro	1.841.000,00	2.022.000,00	2.220.000,00
Cota-Parte do FPM - Julho	1.308.000,00	1.437.000,00	1.578.000,00
Cota-Parte do ITR	2.599.000,00	2.854.000,00	3.134.000,00
Outras Transferências da União	1.402.000,00	1.540.000,00	1.691.000,00
Transf. Fin. do ICMS/Des. LC n.º 87/96	377.000,00	414.000,00	454.000,00
Demais Transferências da União	1.025.000,00	1.126.000,00	1.237.000,00
Transf. da Compensação Financeira	438.000,00	482.000,00	529.000,00
Cota-Parte Comp. Fin. Rec. Hídricos	12.000,00	13.000,00	15.000,00
Cota-Parte Comp. Fin. Rec. Minerais	54.000,00	60.000,00	65.000,00
Cota-Parte Fundo Especial do Petróleo	372.000,00	409.000,00	449.000,00
Transf. de Recursos do SUS	8.391.000,00	9.215.000,00	10.120.000,00
Transf. de Recursos do FNAS	862.000,00	947.000,00	1.040.000,00
Transf. de Recursos do FNDE	3.430.000,00	3.766.000,00	4.136.000,00
Transferência de Recursos do Estado	81.433.000,00	89.428.000,00	98.207.000,00
Participação na Receita do Estado	75.038.000,00	82.405.000,00	90.495.000,00
Cota-Parte do ICMS	61.732.000,00	67.793.000,00	74.448.000,00
Cota-Parte do IPVA	12.400.000,00	13.617.000,00	14.954.000,00
Cota-Parte do IPI/Exportações	767.000,00	842.000,00	925.000,00
Contribuição Interv. Dom. Econômico – CIDE	139.000,00	153.000,00	168.000,00

(Continua)

Secretaria Adjunta à Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle Interno

(Continuação)

Especificação	Previsão em Reais Correntes		
	2018	2019	2020
Transferências do Estado para o SUS	5.437.000,00	5.971.000,00	6.557.000,00
Transferências do FEAS	145.000,00	159.000,00	175.000,00
Outras Transferências do Estado	813.000,00	893.000,00	980.000,00
Transferências Multigovernamentais	26.046.000,00	28.598.000,00	31.397.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	26.046.000,00	28.598.000,00	31.397.000,00
Cota-Parte do FPM-FUNDEB	9.724.000,00	10.678.000,00	11.727.000,00
Cota-Parte do ITR-FUNDEB	532.000,00	585.000,00	642.000,00
Cota-Parte do ICMS-FUNDEB	12.643.000,00	13.884.000,00	15.247.000,00
Cota-Parte do ITCMD-FUNDEB	374.000,00	405.000,00	436.000,00
Cota-Parte do IPVA-FUNDEB	2.539.000,00	2.789.000,00	3.063.000,00
Cota-Parte do IPI-FUNDEB	157.000,00	172.000,00	189.000,00
Cota-Parte do ICMS/Des.-FUNDEB	77.000,00	85.000,00	93.000,00
Transferências de Pessoas	51.000,00	56.000,00	62.000,00
Transferências de Convênios da União	61.000,00	67.000,00	73.000,00
Transferências de Com. Do DF e dos Estados	325.000,00	357.000,00	392.000,00
Outras Receitas Correntes	2.900.000,00	3.185.000,00	3.497.000,00
Multas e Juros de Mora dos Tributos	193.000,00	212.000,00	233.000,00
Multas e Juros de Mora da Dív. Ati. dos Tributos	213.000,00	234.000,00	257.000,00
Mul. e Jur. De Mora da Dív. Ati. de Outras Receitas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Multas de Outras Origens	30.000,00	33.000,00	37.000,00
Indenizações e Restituições	474.000,00	521.000,00	572.000,00
Receita da Dívida Ativa Tributária	1.849.000,00	2.030.000,00	2.229.000,00
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	7.000,00	8.000,00	8.000,00
Receitas Diversas	132.000,00	145.000,00	159.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	7.081.000,00	7.777.000,00	8.541.000,00
Transferências de Capital	7.081.000,00	7.777.000,00	8.541.000,00
Transferências Intergovernamentais	954.000,00	1.048.000,00	1.151.000,00
Transferências da União para o SUS	954.000,00	1.048.000,00	1.151.000,00
Transferências de Convênios	6.127.000,00	6.729.000,00	7.390.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-25.070.600,00	-27.532.200,00	-30.234.800,00
Deduções	-25.070.600,00	-27.532.200,00	-30.234.800,00
Deduções das Trans. Intergovernamentais	-25.070.600,00	-27.532.200,00	-30.234.800,00
Deduções das Receitas da União	-10.090.800,00	-11.081.800,00	-12.169.400,00
Deduções p/ Formação do Fundeb	-10.015.400,00	-10.999.000,00	-12.078.600,00
Dedução do FPM (20%)	-9.495.600,00	-10.428.200,00	-11.451.800,00
Dedução do ITR (20%)	-519.800,00	-570.800,00	-626.800,00
Deduções em Outras Transferências da União	-75.400,00	-82.800,00	-90.800,00
Dedução do ICMS/Des. LC n.º 87/96 (20%)	-75.400,00	-82.800,00	-90.800,00
Deduções nas Transferências do Estado	-14.979.800,00	-16.450.400,00	-18.065.400,00
Deduções p/ Formação do Fundeb	-14.979.800,00	-16.450.400,00	-18.065.400,00
Dedução do ICMS (20%)	-12.346.400,00	-13.558.600,00	-14.889.600,00
Dedução do IPVA (20%)	-2.480.000,00	-2.723.400,00	-2.990.800,00
Dedução do IPI/Exportações (20%)	-153.400,00	-168.400,00	-185.000,00
TOTAL	199.268.400,00	218.053.800,00	238.614.200,00

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 5 - Memória de Cálculo das Metas Anuais de Receita do Poder Legislativo
(Valores em R$)

Especificação	Bases de Cálculo em Reais Correntes		
	2018	2019	2020
Receitas Correntes	143.219.000,00	165.163.000,00	180.602.000,00
Receita Tributária	31.354.000,00	37.555.000,00	40.465.000,00
Impostos	28.863.000,00	34.520.000,00	37.131.000,00
IPTU	3.624.000,00	4.680.000,00	5.139.000,00
IRRF	7.698.000,00	9.345.000,00	10.263.000,00
ITBI	4.812.000,00	6.645.000,00	7.297.000,00
ISSQN	12.729.000,00	13.850.000,00	14.432.000,00
Taxas	2.491.000,00	3.035.000,00	3.334.000,00
Transferências Correntes	109.311.000,00	125.353.000,00	137.661.000,00
Transferências Intergovernamentais	109.311.000,00	125.353.000,00	137.661.000,00
Transferências da União	42.121.000,00	50.454.000,00	55.409.000,00
Participação na Receita da União	41.751.000,00	50.077.000,00	54.995.000,00
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal	37.000.000,00	44.329.000,00	48.682.000,00
Cota-Parte do FPM - Dezembro	2.000.000,00	1.841.000,00	2.022.000,00
Cota-Parte do FPM - Julho	475.000,00	1.308.000,00	1.437.000,00
Cota-Parte do ITR	2.276.000,00	2.599.000,00	2.854.000,00
Outras Transferências da União	370.000,00	377.000,00	414.000,00
Trans. Fin. do ICMS/Des. LC n.º87/96	370.000,00	377.000,00	414.000,00
Transferência de Recursos do Estado	67.190.000,00	74.899.000,00	82.252.000,00
Participação na Receita do Estado	67.190.000,00	74.899.000,00	82.252.000,00
Cota-Parte do ICMS	55.404.000,00	61.732.000,00	67.793.000,00
Cota-Parte do IPVA	10.777.000,00	12.400.000,00	13.617.000,00
Cota-Parte do IPI/Exportações	1.009.000,00	767.000,00	842.000,00
Outras Receitas Correntes	2.554.000,00	2.255.000,00	2.476.000,00
Multas e Juros de Mora dos Tributos	260.000,00	193.000,00	212.000,00
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	99.000,00	213.000,00	234.000,00
Receita da Dívida Ativa Tributária	2.195.000,00	1.849.000,00	2.030.000,00
Receita Total da Base de Cálculo (RTBC)	143.219.000,00	165.163.000,00	180.602.000,00
Previsão de Repasse (7% sobre a RTBC)	10.025.330,00	11.561.410,00	12.642.140,00

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Utilizou-se a arrecadação prevista para o ano anterior como previsão da base de cálculo de cada ano. A receita da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) não foi incluída na base de cálculo em virtude do teor da Consulta 804.593, de 24 de fevereiro de 2010, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).

4. Memória de Cálculo das Metas Fiscais

Antes de proceder às estimativas das metas de despesa, foi necessário deduzir das receitas da PMU o valor do repasse ao Poder Legislativo para o período 2018-2020 de forma a evidenciar os recursos que estariam, de fato, disponíveis. O demonstrativo abaixo apresenta os resultados encontrados.

Desta forma, as metas anuais de despesa da PMU são inferiores às metas anuais de receita. A diferença entre as metas corresponde, obviamente, aos repasses obrigatórios ao Poder Legislativo.

Tabela 6 - Memória de Cálculo das Metas Anuais de Despesa da Prefeitura de Unaí
(Valores em R$)

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	2018	2019	2020
DESPESAS CORRENTES (I)	172.008.026,37	187.861.426,40	205.777.661,51
Pessoal e Encargos Sociais	115.276.000,00	124.233.000,00	133.886.000,00
Juros e Encargos da Dívida	1.218.000,00	1.335.000,00	1.480.000,00
Outras Despesas Correntes	55.514.026,37	62.293.426,40	70.411.661,51
DESPESAS DE CAPITAL (II)	15.699.000,00	16.952.000,00	18.357.000,00
Investimentos	11.210.000,00	12.232.000,00	13.385.000,00
Inversões Financeiras	77.000,00	84.000,00	92.000,00
Amortização Financeira	4.412.000,00	4.636.000,00	4.880.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	1.536.043,63	1.678.963,60	1.837.398,49
TOTAL (IV=I+II+III)	189.243.070,00	206.492.390,00	225.972.060,00

Fonte: Elaboração própria.

No cálculo das metas anuais de despesas para a PMU, foram utilizados diferentes procedimentos. A despesa com pessoal e encargos sociais foi encontrada aplicando sobre o valor **empenhado** em 2016 a recomposição equivalente a 6,29% em 2017, referente à inflação apurada em 2016 e 7,77% para 2018, 2019 e 2020. Estas taxas de crescimento são equivalentes à estimativa de inflação para o período 2018-2020. Os investimentos e as inversões financeiras foram mantidos na mesma proporção com relação à despesa total empenhada em 2015, 5,92% e 0,04%, respectivamente (os percentuais estão arredondados para duas casas decimais).

As despesas com os juros e encargos da dívida e a amortização financeira foram calculadas a partir de projeções realizadas com base nas informações existentes nos contratos e termos de parcelamento previdenciário. Objetivamente, foram considerados os **12 compromissos de longo prazo existentes até o dia 27/3/2017** como parte da dívida fundada da Prefeitura de Unaí. Além disso, não foram consideradas despesas adicionais com juros e encargos da dívida, bem como de amortização financeira, ambas decorrentes de novas operações de crédito.

Por fim, nas outras despesas correntes foi alocado o saldo residual de recursos, apurado após a destinação de 0,7% da receita corrente líquida consolidada para a reserva de contingência.

Depois de fixadas as metas de despesa para os diferentes órgãos que integram o Poder Executivo, fez-se necessário averiguar o atendimento do disposto na LRF no que tange às despesas com pessoal e encargos sociais. Para tanto, calculou-se inicialmente a estimativa da receita corrente líquida consolidada do período 2018-2020.

Tabela 7 - Estimativa da Receita Corrente Líquida Consolidada para o Período 2018-2020
(Valores em R$)

Especificação	2018	2019	2020
Receitas Correntes (I)	251.250.804,95	274.805.482,91	300.882.571,95
PMU	217.258.000,00	237.809.000,00	260.308.000,00
SAAE$^{\Delta}$	20.713.404,95	22.187.142,91	24.120.297,95
UNAPREV$^{\Delta}$	13.279.400,00	14.809.340,00	16.454.274,00
Deduções do Fundeb (II)	25.070.600,00	27.532.200,00	30.234.800,00
Contribuições do Servidor (III)	6.745.400,00	7.421.340,00	8.162.274,00
Compensação entre Regimes (IV)	-	-	-
Receita Corrente Líquida Consolidada (V=I-II-III-IV)	219.434.804,95	239.851.942,91	262.485.497,95

Fonte: Elaboração própria.
Nota: (Δ) Os valores referentes ao SAAE e ao UNAPREV foram calculados segundo metodologias próprias.
Sinais convencionais utilizados:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Em seguida, e tendo como parâmetro a receita corrente líquida consolidada de cada exercício, determinou-se o percentual destinado às despesas com pessoal e encargos sociais. Os resultados encontrados, conforme detalhado na Tabela 8, a seguir, evidenciam a necessidade de tomar **medidas de controle no decorrer do exercício de 2017**. A partir dessas medidas, a base de cálculo utilizada na elaboração da LOA de 2018, a saber, a despesa média entre janeiro e junho de 2017, poderá fornecer estimativas mais favoráveis, ou seja, abaixo do limite prudencial de 51,30%.

Tabela 8 - Relação Percentual entre Despesa Total com Pessoal e Receita Corrente Líquida para o Poder Executivo no Período 2018-2020 (Valores em R$)

Despesa com Pessoal por Órgão	2018	2019	2020
PMU	115.276.000,00	124.233.000,00	133.886.000,00
SAAE[Δ]	9.003.905,79	9.638.868,15	10.318.487,20
UNAPREV [(-) Inativos e Pensionistas] [Δ]	857.101,20	959.953,35	1.075.147,75
Poder Executivo	125.137.006,99	134.831.821,50	145.279.634,95
% da Receita Corrente Líquida Consolidada	57,03	56,21	55,35

Fonte: Elaboração própria.
Nota: (Δ) Os valores referentes ao SAAE e ao UNAPREV foram calculados segundo metodologias próprias.

Após o estabelecimento das metas para receitas e despesas para o período 2017-2019, partiu-se para as metas de resultado primário e nominal. O resultado primário é definido como a diferença entre as receitas não-financeiras (primárias) e as despesas não-financeiras (primárias). Dito de outro modo, este resultado representa o esforço fiscal (contenção de despesas fiscais) que o Estado faz para assegurar os compromissos financeiros tais como o pagamento de juros e de amortizações da dívida pública, que por vezes superam as receitas financeiras.

Tabela 9 - Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário da Prefeitura de Unaí (Valores em R$)

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	162.728.000,00	180.457.000,00	191.836.000,00	217.258.000,00	237.809.000,00	260.308.000,00
Receita Tributária	27.379.000,00	29.969.000,00	31.354.000,00	37.555.000,00	40.465.000,00	43.601.000,00
Receita de Contribuições	1.161.000,00	1.380.000,00	1.612.000,00	2.167.000,00	2.380.000,00	2.613.000,00
Receita Patrimonial	903.000,00	2.044.000,00	1.987.000,00	2.008.000,00	2.205.000,00	2.422.000,00
Aplicações Financeiras (II)	903.000,00	1.992.000,00	1.932.000,00	1.957.000,00	2.149.000,00	2.360.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	-	52.000,00	55.000,00	51.000,00	56.000,00	62.000,00
Receita de Serviços	3.531.000,00	4.068.000,00	794.000,00	211.000,00	123.000,00	135.000,00
Transferências Correntes	126.464.000,00	139.300.000,00	152.948.000,00	171.516.000,00	189.451.000,00	208.040.000,00
Outras Receitas Correntes	3.289.000,00	3.696.000,00	3.141.000,00	2.900.000,00	3.185.000,00	3.497.000,00
REC. FIS. COR. (III)=(I-II)	161.825.000,00	178.465.000,00	189.904.000,00	215.301.000,00	235.660.000,00	257.948.000,00
REC. DE CAPITAL (IV)	6.562.000,00	7.841.000,00	3.060.000,00	7.081.000,00	7.777.000,00	8.541.000,00
Operações de Crédito (V)	6.000.000,00	-	-	-	-	-
Amort. de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens (VII)	21.000,00	863.000,00	158.000,00	-	-	-
Transferência de Capital	541.000,00	6.978.000,00	2.902.000,00	7.081.000,00	7.777.000,00	8.541.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
REC. FIS. DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	541.000,00	6.978.000,00	2.902.000,00	7.081.000,00	7.777.000,00	8.541.000,00
Ded. das Receitas Correntes (IX)	-17.731.200,00	-20.059.000,00	-21.862.200,00	-25.070.600,00	-27.532.200,00	-30.234.800,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (X)=(III+VIII-IX)	144.634.800,00	165.384.000,00	170.943.800,00	197.311.400,00	215.904.800,00	236.254.200,00

(Continua)

(Continuação)

DESPESAS CORRENTES (XI)	133.283.697,00	140.456.170,00	130.272.634,40	172.008.026,37	187.861.426,40	205.777.661,51
Pessoal e Encargos Sociais	79.303.000,00	91.625.000,00	107.807.000,00	115.276.000,00	114.233.000,00	133.886.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XII)	568.000,00	592.000,00	564.000,00	1.218.000,00	1.335.000,00	1.480.000,00
Outras Despesas Correntes	53.212.697,00	48.239.170,00	21.900.634,40	55.514.026,37	62.293.426,40	70.411.661,51
DES. FIS. COR. (XIII)=(XI-XII)	132.525.697,00	139.864.270,00	129.707.634,40	170.790.026,37	186.526.426,40	204.297.661,51
DES. DE CAPITAL (XIV)	5.450.000,00	17.203.000,00	32.102.000,00	15.699.000,00	16.952.000,00	18.357.000,00
Investimentos	3.294.000,00	15.201.000,00	30.131.000,00	11.210.000,00	12.232.000,00	13.385.000,00
Inversões Financeiras	-	20.000,00	-	77.000,00	84.000,00	92.000,00
Amortização da Dívida (XV)	2.156.000,00	1.980.000,00	1.971.000,00	4.422.000,00	4.636.000,00	4.880.000,00
DES. FIS. DE CAPITAL (XVI)=(XIV-XV)	3.294.000,00	15.221.000,00	30.131.000,00	11.287.000,00	12.316.000,00	13.477.000,00
RES. DE CONT. (XVII) 0,7% da Receita Corrente Líquida	5.527.893,00	1.264.480,00	1.347.575,60	1.536.043,63	1.678.963,60	1.837.398,49
DESPESAS DO PODER LEGISLATIVO (XVIII)	7.497.210,00	9.317.350,00	9.312.590,00	10.025.330,00	11.561.410,00	12.642.240,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XIX)=(XIII+XVI+XVII+XVIII)	148.834.800,00	165.667.000,00	170.498.800,00	193.638.400,00	212.082.800,00	232.254.200,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX=X-XIX)	-4.200.000,00	-283.000,00	445.000,00	3.673.000,00	3.822.000,00	4.000.000,00

Fonte: Divisão de Planejamento Orçamentário e Responsabilidade Fiscal da Prefeitura de Unaí.
Nota: Sinais convencionais utilizados:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento
.. Não se aplica dado numérico.

O resultado nominal é calculado a partir da variação da dívida consolidada líquida entre períodos. Assim sendo, a obtenção do resultado nominal requer que a meta de resultado primário seja contemplada. É muito importante destacar que os resultados nominais para os exercícios de 2016 e 2017 não são metas programadas, mas o valor efetivamente apurado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal em 31/12/2017.

Os valores referentes ao montante da dívida consolidada foram mensurados utilizando as mesmas projeções que geraram os valores das despesas com os juros e encargos da dívida e amortização financeira. Para a disponibilidade de caixa/bancos, aplicações financeiras, ativo realizável e restos a pagar processados, estabeleceu-se como meta a média aritmética dos valores observados em 2015 e em 2016. A seguir, o resultado nominal é apresentado para a Prefeitura de Unaí.

Tabela 10 - Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida da Prefeitura de Unaí (Valores em R$)

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.640.065,76	22.314.553,25	21.922.000,00	18.127.000,00	14.230.000,00	10.220.000,00
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	16.640.065,76	22.314.553,25	21.922.000,00	18.127.000,00	14.230.000,00	10.220.000,00
DEDUÇÕES (II)	10.268.957,93	6.051.389,26	8.160.000,00	8.160.000,00	8.160.000,00	8.160.000,00
Disponibilidade de Caixa/Bancos	22.914.928,38	29.314.747,57	26.115.000,00	26.115.000,00	26.115.000,00	26.115.000,00
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Ativo Realizável	1.871.176,92	1.580.653,30	1.726.000,00	1.726.000,00	1.726.000,00	1.726.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	14.517.147,37	24.844.011,61	19.681.000,00	19.681.000,00	19.681.000,00	19.681.000,00
DÍV. CONSOL. LÍQUIDA (I-II)	6.371.107,83	16.263.163,99	13.762.000,00	9.967.000,00	6.070.000,00	2.060.000,00

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Tabela 11 - Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal da Prefeitura de Unaí (Valores em R$)

Especificação	2015 (a)	2016 (b)	2017 (c)	2018 (d)	2019 (e)	2020 (f)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.640.065,76	22.314.553,25	21.922.000,00	18.127.000,00	14.230.000,00	10.220.000,00
Deduções (II)	10.268.957,93	6.051.389,26	8.160.000,00	8.160.000,00	8.160.000,00	8.160.000,00
Disponibilidade de Caixa/Bancos	22.914.928,38	29.314.747,57	26.115.000,00	26.115.000,00	26.115.000,00	26.115.000,00
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Ativo Realizável	1.871.176,92	1.580.653,30	1.726.000,00	1.726.000,00	1.726.000,00	1.726.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	14.517.147,37	24.844.011,61	19.681.000,00	19.681.000,00	19.681.000,00	19.681.000,00
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III=I-II)	6.371.107,83	16.263.163,99	13.762.000,00	9.967.000,00	6.070.000,00	2.060.000,00
RECEITA DE PRIVATIZ. (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FIS. LÍQUIDA (III+IV-V)	6.371.107,83	16.263.163,99	13.762.000,00	9.967.000,00	6.070.000,00	2.060.000,00
RESUTADO NOMINAL	...	(b-a) 9.892.056,16	(c-b) -1.501.163,99	(d-c) -3.795.000,00	(e-d) -3.897.000,00	(f-e) -4.010.000,00

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

... Dado numérico não disponível.

5. Projeções para o PIB do Município

O Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (CEI/FJP) não disponibiliza informações sobre o PIB de Unaí de 2015 e de 2016 (FJP, 2017b). A instituição tampouco realiza projeções para o PIB do Município para o período 2018-2020. Desta forma, e considerando a necessidade de demonstrar a razão entre as metas fiscais e o PIB do Município, foram utilizados indicadores macroeconômicos de diferentes fontes para gerar as projeções acima mencionadas.

De acordo com o CEI/FJP, o PIB de Unaí em 2014 a preços correntes foi de R$ 2.221.761.034,00 (FJP, 2017c). A variação real do PIB de Minas Gerais foi de -4,9% em 2015 (FJP, 2017a). Até o dia 28/3/2017, a informação para o PIB do Estado em 2016 ainda não havia sido divulgada. Este resultado mostra que a atividade econômica no Estado retraiu mais que o resultado global da economia brasileira em 2015, que atingiu -3,8% (IBGE, 2017b). Para encontrar o valor nominal do PIB do Município, e dada a inexistência de informações no CEI/FJP sobre o deflator implícito do PIB municipal ou estadual e tampouco de informações sobre o deflator implícito do PIB nacional após 2014 (IBGE, 2017a), trabalhou-se com a inflação oficial e projetada. Para 2015 e 2016, foram considerados os resultados para a economia brasileira: inflação de 10,67% e 6,29%, respectivamente (IPEADATA, 2017). De 2017 em diante, foram utilizados os mesmos indicadores macroeconômicos de projeção da receita.

Utilizando os dados das Tabelas 1 e 2, assim como as informações do CEI/FJP e do IBGE, foram calculados os seguintes valores para o PIB de Unaí no período 2015-2020:

Tabela 12 – Projeções para o PIB de Unaí no Período 2015-2020

Anos	Variáveis					
	Variação Real do PIB de Minas Gerais (%)	Deflator Implícito do PIB Nacional (%)	Variação Real do PIB Nacional (%)	Inflação pelo IPCA (%)	Projeções para o PIB Real de Unaí (R$)	Projeções para o PIB Nominal de Unaí (R$)
2015	-4,9	...	..	10,67	2.112.894.743,33	2.338.340.612,45
2016	...	...	-3,6	6,29	2.036.830.532,57	2.395.947.036,44
2017	...	...	0,5	7,77	2.047.014.685,24	2.595.022.681,78
2018	...	...	1,9	7,77	2.085.907.964,26	2.849.792.407,09
2019	...	...	1,9	7,77	2.125.540.215,58	3.129.574.481,39
2020	...	...	1,9	7,77	2.165.925.479,67	3.436.824.524,54

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Nas projeções, trabalhou-se com informações da FJP (2017a, 2017c), IPEADATA (2017) e da TCB (2017).
Sinais convencionais utilizados:
.. Não se aplica dado numérico.
... Dado numérico não disponível.

6. Referências Bibliográficas

BACEN. Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>. Acesso em: 6 mar. 2017.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Demonstrativos Fiscais**: Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2016. 653 p. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/542015/CPU_MDF_7_Edicao_versao_02_12_2016.pdf/feb524eb-4bac-483a-b16a-eb5184373167>. Acesso em: 6 mar. 2017. (Válido a partir do exercício financeiro de 2017 - Portaria STN nº 403 de 28 de junho de 2016.)

DEBUS, Ilvo; MORGADO, Jeferson Vaz. **Orçamento Público**. 3. ed. Brasília: Editora Vestcon, 2004. 293 p.

ERUMBAN; Abdul Azeez; DE VRIES, Klaas. **Global Growth Projections for The Conference Board Global Economic Outlook 2017**. Disponível em: <https://www.conference-board.org/pdf_free/workingpapers/ EPWP1607.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2017. (Economics Program Working Paper Series – November 2016.)

FJP. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais | 4º TRIMESTRE | 2015**. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-trimestrais/612-monitor-fjp-pibmg-2015-4/file>. Acesso em: 28 mar. 2017(a).

_____. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Informativo CEI: Produto Interno Bruto dos Municípios | 2010-2014 | Nova Série – Metodologia SNA/2008**. Disponível em: <http://www.fjp. mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-municipais/674-informativo-pib-dos-municipios-2010-20142/file>. Acesso em: 16 mar. 2017 (b).

_____. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Anexo Estatístico: Produto Interno Bruto dos Municípios | 2010-2014**. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2745-produto-interno-bruto-de-minas-gerais-pib-2>. Acesso em: 16 mar. 2017(c).

GREENE, Willian H.. **Econometric Analysis**. 5. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003. 1026 p.

GUJARATI, Damodar N.. **Econometria Básica**. 1. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 846 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=12&op=0&vcodigo=SCN54&t=deflator-produto-interno-bruto>. Acesso em: 28 mar. 2017(a).

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>. Acesso em: 28 mar. 2017(b).

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 6 mar. 2017.

JOHNSTON, Jack; DINARDO, John. **Econometric Methods**. 4. ed. McGraw-Hill, 1997. 531 p.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**. 2. ed. Brasília: Editora Vestcon, 2004. 315 p.

SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN B., Felipe. **Macroeconomia**: Em uma Economia Global. 4. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004. 848 p.

TCB. The Conference Board. **Global Economic Outlook 2017 - Charts & Tables**. Disponível em: <https://www.conference-board.org/data/globaloutlook/index.cfm?id=27451>. Acesso em: 6 mar. 2017.

UN. United Nations. **World Economic Situation and Prospects 2017**. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/publication/2017wesp_full_en.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2017.

DANILO BIJOS CRISPIM
Economista III
Corecon MG 6715
Matrícula 10007-8

Câmara Municipal 69 Unaí

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2018

Anexo de Metas Fiscais

Metodologia de Previsão da Arrecadação
e Memória de Cálculo das Metas Fiscais

Serviço Municipal de Saneamento Básico

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2018

1. PARAMETRIZAÇÃO

É notório que atualmente há desconfiança de como a economia brasileira continuará reagindo nos próximos meses e ou anos, sabe-se que o cenário que se apresenta é bastante tímido quanto à retomada do crescimento econômico, principalmente quando se verifica os dois últimos resultados negativos consecutivos. Entretanto, nem tudo é pessimismo no mercado, há quem acredita que o país está começando a sair do "fundo do poço", inclusive com projeções positivas para os próximos anos, e, paralelamente, espera-se o alcance e a permanência das metas de inflação em níveis mais baixos.

Traçar cenários tem relação direta com o estudo do passado, com análise criteriosa do presente e, a partir dos dados produzidos, faz-se as "projeções" em médio prazo. É nesse contexto que se trabalha com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, ou seja, realizando-se projeções para as finanças públicas, termo que engloba as receitas públicas, crédito público, despesas públicas e orçamento público, observando, entre outras variáveis, o PIB e a inflação nos períodos para os quais se pretende estimar as receitas e despesas.

A esse propósito, apresenta-se o quadro abaixo que traz as "tendências" de alguns indicadores para o triênio 2018-2020.

Cenários macroeconômicos 2018-2020

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Inflação Média Anual - IPCA	10,67%	6,29%	4,36%	4,50%	4,50%	6,06%
Juros sobre a Dívida - Selic	14,25%	13,25%	9,25%	9%	9%	9%
Variação Real do PIB Nacional	-3,8%	-3,6%	0,49%	2,39%	2,50%	2,50%
Variação Real do PIB MG	-4,9%	-2,7%				
Projeção PIB de Unaí	2.281.292.419,47	2.359.316.498,41	2.474.247.392,96	2.647.384.091,41	2.835.679.284,91	3.082.709.485,81

Diante desses dados, é importante frisar sobre os fundamentos que sustentam os cenários mencionados:

- De início, vale dizer que os percentuais de 10,67% de 2015 e 6,29% de 2016 referem-se à variação real do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o do período 2017-2019 foram baseados em estimativa de mercado realizada no ano corrente, conforme Panorama Macroeconômico – março de 2017 elaborado pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - SEPLAN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Preços e Inflação (IPCA), página 100, BCC/Focus: 03/03/2017, sendo de 4,36%, 4,50% e 4,50% para os anos 2017, 2018 e 2019, respectivamente, e, para 2020, fixou-se em 6,06%, o qual decorre da média geométrica dos índices previstos para o período 2015-2019. Nesse sentido, há também (http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/mercado-sobe-previsao-para-o-crescimento-do-pib-em-2017-e-2018.ghtml - atualizado em 15/03/2017).

- Nos moldes do Panorama Macroeconômico – março de 2017 elaborado pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - SEPLAN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Mercados Financeiros, página 127, BCC/Focus: 03/03/2017, alíquotas efetivas da taxa de juros sobre a dívida (Selic) de 2015 (14,25%) e 2016 (13,65%) e as metas para 2017 (9,25%) 2018 (9%) 2019 (9%) e, por fim, 2020 (9%), para o qual resolveu-se dar continuidade ao percentual utilizado em 2019.

- Quanto à variação real do PIB nacional, os percentuais de 2015 (-3,8%) e de 2016 (-3,6%) referem-se a índices oficiais já divulgados pelo IBGE, porém as projeções de 2017 (0,49%), 2018 (2,39%) e 2019 (2,50%) estão baseadas no Panorama Macroeconômico – março de 2017 elaborado pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - SEPLAN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Atividade Econômica – PIB e Atividade Econômica Trimestral, página 48, BCC/Focus: 03/03/2017 e, ainda, nesse sentido (http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/mercado-sobe-previsao-para-o-crescimento-do-pib-em-2017-e-2018.ghtml - atualizado em 15/03/2017). E, para 2020, decidiu-se pela

continuidade da projeção de 2019, pois atualmente (março de 2017) ainda não há segurança suficiente para projetar 2020.

- Em relação à variação do PIB de Minas Gerais – MG, houve recuou de 4,9% em 2015 (variação real ou em termos reais), inclusive foi maior que a retração do PIB Brasileiro (Nacional) no mesmo período, que é de 3,8% (http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/3460-pib-de-minas-gerais-retrai-4-9-em-2015). Além disso, essa informação consta na LDO em vigor (2017), na página 33, tabela 20. Já para 2016, defendeu-se a "tese" de que o PIB de Minas em 2016 "poderá" apresentar um recuo de 2,7%, que, a priori, se concretizar, diferentemente do ano anterior, será inferior à queda do PIB Brasileiro em 2016 (3,6%). Essa "tese" está embasada no seguinte aspecto: "*No período que vai de janeiro a setembro de 2016, em relação ao mesmo período do ano passado, Minas Gerais apresentau redução de 3,1% do PIB. No mesma período, e na mesma base de comparação, o PIB brasileiro decresceu 4,0%*". (http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/3733-pib-de-minas gerais-retrai-0-6-no-terceiro trimestre-de-2016 - Título da matéria: O PIB de Minas Gerais retrai 0,6% no terceiro trimestre de 2016, Data de publicação - 19 dezembro 2016, no tópico "Acumulado no Ano"). Assim, se até setembro de 2016 o PIB Brasileiro representava um "recuou de 4%" e fechou o ano de 2016 com "recuou de 3,6", ou seja, o recuou foi reduzido em 0,4. Então, se até setembro de 2016 o PIB MG representava um "recuou de 3,1%, logo, por proporcionalidade, também "poderá" fechar o ano de 2016 com "recuou de 2,7", considerando aquele recuou de 0,4.

- Por fim, quanto à projeção do PIB de Unaí, utilizou-se os mesmos cálculos e ou regras e ou metodologias utilizadas na LDO em vigor (2017) previstas na página 33, item 5, tabela 20 - Projeções para o PIB de Unaí no Período 2014-2019, porém considerando desta tabela e a partir do PIB de Unaí de 2014 que é de R$ 2.221.761.000,00 a preços correntes, pois não há informação mais atualizada disponibilizada (divulgados em 2016 no site www.fjp.mg.gov.br em PIB MUNICIPAL - 2014 , conforme "Tabela 24" da página 26, PIB/2010-2014 Nova Série - Metodologia SNA/200).